

10 ° Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política - ABCP

Belo Horizonte, 30 de agosto a 02 de setembro de 2016.

Área Temática: Cultura Política e Democracia

QUAL A SUA DEMOCRACIA? O QUE PENSAM GRUPOS BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PORTO ALEGRE E SÃO LUÍS) SOBRE A DEMOCRACIA BRASILEIRA.

Socióloga Doutora Márcia de Souza Medeiros

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Resumo

O regime democrático tem como um de seus pressupostos, a igualdade política entre os cidadãos, Bobbio (1987); Dahl (1956; 1971; 1989). Entendimento que se coaduna com o da escola procedimentalista, Bobbio (1996), Dawns (1957), Schumpeter (1950), para a qual, as eleições são o marco definitivo da democracia. Entretanto, diferentes estudos indicam dificuldades para que a igualdade política se concretize, em situações de profunda desigualdade socioeconômica, Rueschemeyer (2005); Baquero (2011), Moisés (2010), Reis (2002). Dessa perspectiva, desigualdades materiais especialmente importantes em países da periferia capitalista, como o Brasil, fazem com que a democracia tenha por substrato, sujeitos desiguais, num grau significativo, no que se refere ao patamar de bem-estar a que têm acesso. A percepção de democracia dos segmentos em condições de vida desfavoráveis conteria especificidades quanto àquelas do conjunto da sociedade? O artigo tem por objetivo, examinar qual a percepção de democracia de Responsáveis Familiares de famílias de baixa e baixíssima renda, beneficiárias e não beneficiárias do Programa federal de transferência de renda Bolsa Família, no período recente - 2013, 2014. Trata-se, portanto, de buscar perceber quais as implicações da desigualdade socioeconômica para a compreensão mesma da democracia pelos pobres e, concomitantemente, de verificar se o fato de sua sobrevivência se dar em circunstâncias mais penosas do que a de outros setores, redundaria em uma visão mais crítica e desencantada quanto ao regime democrático ou não. Note-se, de outra parte, que os pobres e muito pobres em questão têm enquanto característica peculiar, a de serem beneficiários do Programa Bolsa Família - PBF ou a ele pretendentes, através da inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico. Portanto, cidadãos aos quais foi endereçada uma iniciativa pública de transferência de renda, que tem por propósitos a redução da pobreza e da desigualdade. Vale dizer, que tem por horizonte, cidadãos materialmente menos desiguais. Perguntamo-nos se em sua condição característica, os destinatários do PBF, já selecionados ou com a intenção de sê-lo, portam-se com relação à democracia, do mesmo modo que os demais, em média. Nos importou, assim, o tema dos valores democráticos, dentro da cultura política, associado aos produtos institucionais Programa Bolsa Família e CadÚnico. Conforme Meneguello (2013), as pesquisas quanto à desconfiança dos cidadãos com relação às instituições, realizadas nas duas últimas décadas, no país, têm sido coincidentes e homogêneas em sua direção, para além de qualquer evento episódico, em circunstâncias singulares em que tivessem aflorado denúncias de corrupção e escândalos. Para a autora, a desconfiança nas instituições, embora não signifique risco de interrupção na rotina democrática vigente, atinge a credibilidade no regime democrático, sendo que os cidadãos comprometem-se, ou seja, envolvem-se apenas com aquilo em que crêem. Pode-se supor que não crer tenderia a alhear e em decorrência a reduzir o interesse, logo, a possibilidade de incidência dos governados quanto aos governantes, tanto através das eleições propriamente consideradas como de outros mecanismos de expressão de vontade, a exemplo de

manifestações de rua. Dessa ótica, o artigo trabalha com a percepção da democracia brasileira, por parte dos pobres e muito pobres pesquisados. Em termos metodológicos, foram pesquisados grupos específicos, aos quais foi aplicado questionário, contendo oitenta e nove questões, dentre as quais duas abertas, em São Luís e Porto Alegre, capitais dos estados do Maranhão e do Rio Grande do Sul, respectivamente. A composição dos grupos foi aleatória e se deu a partir de seu comparecimento aos locais de atendimento do CadÚnico e do Programa Bolsa Família, no período estipulado para o campo da pesquisa. A escolha dessas duas capitais se explicita por determinadas diferenças socioeconômicas, assim como de história política entre ambas, que poderiam, em tese, produzir diferenças nos resultados obtidos. Faz-se uma comparação tanto entre Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família, inscritas no CadÚnico como entre os grupos de uma capital e outra. Os resultados são apresentados em três etapas. Da primeira delas, consta o perfil dos quatro grupos respondentes; da segunda etapa, sua percepção de pobreza e de democracia e da terceira, testes de significância, para verificação das diferenças entre os grupos de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e de Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias do Programa Bolsa Família, quanto às questões relativas à pobreza e à democracia (testes de Mann-Whitney e Qui-quadrado). O nível de significância utilizado como critério de aceitação ou rejeição nos testes estatísticos foi de 5% ($p < 0,05$) e as análises realizadas no programa SPSS, versão 20. Concluído o percurso do campo da pesquisa, cotejou-se os resultados do mesmo com aqueles obtidos nas pesquisas similares realizadas com o conjunto da população, mais recentemente. Ainda que não tenham sido identificadas diferenças expressivas entre os grupos pesquisados e estudos aproximados que se orientaram ao conjunto dos cidadãos, entende-se relevante que na pesquisa tenham sido ouvidos setores pobres e muito pobres vinculados ao Programa Bolsa Família e ao CadÚnico, expressivos senão por outras razões, pelo volume de beneficiários e inscritos, assim como pela mobilização de recursos organizacionais de toda a ordem, do poder público brasileiro. Por último, saliente-se que não obstante o Programa Bolsa Família venha sendo abordado reiteradamente por pesquisas acadêmicas e governamentais, em duas vertentes gerais: a da efetividade (Camelo et al, s/d; CEDEPLAR, 2007) e a do impacto eleitoral (Hunter, 2007; Licio et al., 2008; Peixoto, 2011; Soares, 2008), o presente trabalho apresenta algum ineditismo ao buscar analisá-lo dentro da temática da percepção da democracia.

DEMOCRACIA, CULTURA_POLÍTICA, PROGRAMA_BOLSA_FAMÍLIA

1. Introdução e problemática

A conceituação de democracia respeita, fundamentalmente, às relações entre governantes e governados, sendo que a definição de qual grupo deve governar se dá através da observância de uma série de dispositivos. Tomando-se como referência, Dahl (1997), Sartori (1994) e Schumpeter (1984), dentre outros, tem-se como traços definidores da democracia: a escolha pela maioria dos eleitores quanto àqueles que tomarão as decisões que respeitam à coletividade em questão; eleições concorrenciais e sequenciais, além de liberdade de expressão e organização. No corpo de eleitores, a cada membro corresponde um voto, cujo peso é rigorosamente o mesmo de cada um de todos os outros. Entretanto, a igualdade formal em questão pode vir a ser quebrada por circunstâncias substantivas que gerem assimetria de recursos de informação e de toda a ordem. Segundo O' Donnell (2005), o Estado de Direito é um dos fundamentos da qualidade da democracia, não compreendido no sentido mínimo, *lato sensu*, mas no modo "hard", democrático, no qual sejam assegurados direitos políticos, liberdades civis e onde estejam presentes mecanismos de accountability que ratifiquem a igualdade política de todos os cidadãos e previnam a extrapolação do poder de Estado. O Estado de Direito, portanto, conforme o autor, consiste na garantia de direitos e igualdade frente à lei e à arena política, sobre a qual se assentam todas as demais premissas da própria democracia e também da maior ou menor qualidade da mesma.

Trata-se, conforme Rueschemeyer (2005), do fato de que diferenças acentuadas no que concerne à riqueza e seus associados e derivativos: capital cultural, escolaridade, nível de informação, resultam na capacidade desproporcional de determinados segmentos ante os demais, de moldar as preferências políticas de determinada sociedade, assim como de relacionar-se com o estatuto legal vigente. Assim, para esse autor, a vantagem econômica termina por ser convertida em ganho político. Ou seja, a desigualdade num campo alheio ao da política quebra a igualdade na participação (de parte dos eleitores) e também a da decisão, pois grupos que concentram poder econômico financiam candidaturas e influenciam as políticas públicas produzidas depois da eleição dos governantes.

De outra parte, a afeição à democracia, ou seja, filiar-se a valores democráticos, em oposição ao autoritarismo e ao totalitarismo, tem sido tema da escola culturalista. Num estado de coisas democrático sólido, os valores democráticos achar-se-iam enraizados entre os cidadãos, dificultando, senão impedindo experimentos autoritários e totalitários. Os estudos de cultura política apoiam-se nas atitudes, crenças e valores políticos. Os quais dizem respeito ao modo de os cidadãos relacionarem-se com o mundo da política, tendo a alternativa democrática como sua escolha fundamental (Almond e Verba, 1963; Eckstein et al., 1998; Inglehart, 2002, 2005, apud Moisés (In Moisés (Org.), 2010). Já as análises institucionalistas centram-se, primordialmente, na eficácia das instituições com relação aos fins pretendidos pelos atores, principalmente, com base

em avaliações de curto prazo, do tipo custo/benefício, quanto ao sistema institucional, sem maior influência da carga valorativa. A racionalidade dos atores é a grande marca do comportamento, das decisões e do próprio desenho das instituições (Coleman, 190; North, 190; Hetherington, 1998; Norris, 1999; Braithwaite e Levi, 1998 apud Moisés (In Moisés (Org.), 2010).

A cultura cívica ou cultura pró-democracia é segundo Silva (2008), o ponto de ênfase da obra de Almond e Verba (1963), que a percebem como definidora e suficientemente explicativa da continuidade democrática em países como a Inglaterra e os Estados Unidos, opondo-se à associação entre modernização e democracia defendida por autores como Lipset (1963). Inglehart (1990:1993), prossegue o autor, também discorda de tal nexos e dando relevo, igualmente, à cultura política, introduz a questão da substituição gradativa dos valores materialistas, orientados à segurança física e econômica, por valores pós-materialistas: defesa de causas como a ambiental e a de gênero, além de ativismo traduzido em participação política não convencional. Inglehart destaca, ainda, a mobilização cognitiva, derivada de maiores índices de educação e de trabalhadores no setor terciário.

Przeworsky (2007) pergunta-se qual a relevância de os pobres terem atitudes para com a democracia, valores democráticos e participação na democracia política semelhantes aos dos setores com melhores condições socioeconômicas. E responde que de três modos: não participando - o que abre espaço para explosões de ira não canalizadas; participando e sendo vulneráveis a apelos autoritários e participando e sendo vulneráveis a apelos redistributivos. Essa terceira possibilidade respeita ao envolvimento com a democracia. O autor lembra, ainda, que um leque de variáveis leva à desestabilização da democracia, como é o caso do grau de riqueza da nação considerada, assim como suas instituições. Criticando a ideia de Almond e Verba (1963) de que a cultura cívica leva à democracia e a aplicação estrita do conceito a países desenvolvidos, compreende que a variável definidora da crise da democracia, associadamente aos pobres, são os conflitos distributivos. Nessa situação, em não havendo uma elite que promova alguma distribuição da riqueza e tendo os contingentes empobrecidos movimentado-se no sentido da reversão de tal estado de coisas, elites possuidoras acionariam mecanismos de defesa, gerando a ruptura do regime democrático vigente. Frisa o autor que dentre diferentes hipóteses para a fragilidade da democracia, o papel da renda segue sendo fundamental.

Sua crítica à escola culturalista, além de alinhar-se à visão de Muller and Seligson(1994), a respeito da análise de Inglehart(1990), expandindo-a para países latino-americanos, invertendo o sentido da causalidade entre democracia e cultura política, de modo que a segunda seria um derivativo da primeira e não o contrário, centra-se na microanálise, segundo a qual, a estabilidade da democracia pode ser depreendida de atitudes individuais, valores, normas. Para Przeworsky (2007), a ampla expansão das análises centradas nos indivíduos, nas últimas décadas, assim como da metodologia que fundamenta a cultura política mais ou menos democrática de um país, na resposta a determinado leque de questões, é criticável, não explicando, efetivamente, as razões de porque determinados regimes democráticos são estáveis e longevos e outros, não. O

autor enfatiza, entretanto, que cada país tem um limite de riqueza no qual a democracia se mantém.

Na obstante as controvérsias e senões anteriormente expostos, no que se refere à escola culturalista, a ideia fundamental a se reter naquela concepção, é a de que a visão de mundo dos cidadãos, o comportamento que adotam frente aos mecanismos através dos quais o regime democrático se mantém, bem como os aspectos do universo da política que para eles são efetivamente relevantes, concorrem para a sedimentação da democracia. E que, da mesma forma, sua ausência significa dificuldades quanto ao aprofundamento e à irreversibilidade de democracias já estabelecidas.

No Brasil, o patamar importante de pobreza e desigualdade vigente, ainda que com oscilações ao longo do tempo, em decorrência do contexto macroeconômico, tanto internacional como interno, assim como das diferentes ênfases de cada governo tende a tornar mais rarefeitas as premissas de um regime democrático e a afetar as possibilidades de que se torne uma via sem possibilidade de inflexões. Contexto que, juntamente com o suposto de que a dimensão valorativa da democracia consiste num fator relevante a ser levado em conta, na análise dos regimes democráticos existentes, justifica a pesquisa que fundamenta o presente artigo. Dessa forma, o propósito do presente trabalho é buscar compreender, como grupos pobres e, especificamente, grupos pobres beneficiários ou aspirantes ao Programa de Transferência de Renda Bolsa Família, percebem a democracia brasileira, Frise-se, por último, que o PBF, com público já superior a 14 milhões de famílias, em todo o território nacional, orienta-se a minimizar o grau de pobreza e desigualdade existente. De modo que alcançar-se um pouco mais quanto a se cidadãos, em tese, com acesso a maior bem-estar, por estarem cobertos pelo programa, demonstram maior envolvimento com os valores democráticos, concorre para que se tenha uma melhor compreensão de como e quanto as iniciativas dos decisores públicos podem ou não conformar as atitudes e o comportamento dos governados e, por consequência, amplificar ou constringer a própria democracia brasileira.

2. Metodologia e Resultados

Nesse artigo, na perspectiva de aproximar os temas pobreza e desigualdade daquele da democracia, buscou-se apreender, através da aplicação de questionário, como grupos específicos dos Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias do programa de transferência de renda Bolsa Família percebem a democracia brasileira. Assim, 87 questões fechadas e 2 questões abertas foram aplicadas a quatro grupos de respondentes, totalizando 114 questionários: 62, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul - 36, a Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e 26, a Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias e 52, em São Luís, Maranhão - 42, a Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e 10, a Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias. Os questionários foram aplicados de forma aleatória, conforme o comparecimento dos respondentes aos locais de

atendimento do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e do Programa Bolsa Família, no período estipulado para o campo da pesquisa. Em Porto Alegre, onde o atendimento do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família é descentralizado, ocorrendo em vinte e dois Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, os questionários foram aplicados no CRAS Partenon, situado na Região do Orçamento Participativo de mesmo nome. Ainda não existe uma delimitação oficial da área de responsabilidade de cada CRAS, mas o mesmo vem atendendo residentes nos Bairros Agronomia (parte), Coronel Aparício Borges, Partenon, São José, Santo Antônio e Vila João Pessoa. Trata-se de uma região populosa (o Bairro Partenon considerado isoladamente é o quinto mais populoso da cidade) e seu patamar de pobreza é médio. Na cidade de São Luís, onde quando da realização do campo, os CRAS ainda achavam-se em implantação e neles apenas eram feitos cadastros novos, sendo o restante das situações executado em posto centralizado, no mesmo é que foram aplicados os questionários. Em São Luís, a aplicação ocorreu no segundo semestre de 2013 e em Porto Alegre, também no segundo semestre de 2013 e no primeiro semestre de 2014. A escolha das duas capitais se equaciona pela existência de certas diferenças socioeconômicas e de história política entre ambas, que poderiam, em tese, produzir diferenças nos resultados obtidos. Faz-se uma comparação tanto entre Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias e não beneficiárias do Programa Bolsa Família, inscritas no CadÚnico como entre os grupos de ambas as capitais. Note-se que a base do CadÚnico, assim como a do Programa Bolsa Família são bastante homogêneas, o que torna aceitável que a aplicação do questionário tenha sido feita a grupos não numerosos.

O percurso da pesquisa foi o de, ao tematizar os nexos entre pobreza, desigualdade e democracia, a partir do contexto de pobreza e desigualdade próprio à sociedade brasileira, compreender como os grupos pobres pesquisados percebem nosso regime democrático. Passamos aos resultados alcançados, elencando primeiro como os grupos pobres respondentes percebem a distribuição da riqueza no país, ou seja, o contexto material mesmo com relação ao qual são percebidos em tal condição.

Percepção da distribuição da riqueza (questão 21)

Em Porto Alegre, 44,4% dos RFs beneficiários e 50% dos RFs não beneficiários consideraram a distribuição da riqueza no país, muito injusta. Em São Luís, 42,9% e 70,0% tiveram o mesmo posicionamento. O segundo percentual mais expressivo, em Porto Alegre, foi o dos que a entenderam como injusta: 27,8% do primeiro grupo e 19,2% do segundo. Os resultados foram semelhantes em São Luís, onde como segundo maior percentual, 35,7% e 20,0% a entenderam como injusta. Assim, teve-se agregadamente, com visão desfavorável da distribuição da riqueza no país, em Porto Alegre, 72,2% dos RFs beneficiários e 69,2% dos RFs não beneficiários e em São Luís, 78,6% e 90,0%, respectivamente.

O percentual restante, de concordância com a distribuição da riqueza como a mesma se apresenta: muito justa, justa ou nem justa nem injusta alcançou, em Porto Alegre, para os RFs

beneficiários, um total de 27,8% e para os RFs não beneficiários, 30,8%, ou seja, aproximadamente, um terço das opiniões. E em São Luís, 21,5% e 10,0%. Assim, em São Luís, especialmente no segundo grupo de respondentes, onde a concordância é a terceira parte daquela de Porto Alegre, ficou caracterizado mais fortemente, o descontentamento com a mencionada distribuição.

A compreensão de que a distribuição da riqueza no Brasil é injusta preponderou, inequivocamente, para os quatro grupos respondentes, ainda que não tenha sido unânime, variando entre 69,2%, e 90,0%. A ideia de que a riqueza do país acha-se injustamente distribuída aponta para a inefetividade da ação dos decisores públicos no que se refere a alterar tal configuração. Sendo o Programa Bolsa Família, uma iniciativa orientada a minimizar pobreza e desigualdade, ou seja, a atenuar os efeitos mais evidentes e perniciosos da distribuição da riqueza muito injusta identificada pela maioria dos respondentes, também parece ter ficado indicado o entendimento de que o mesmo não modificou os efeitos da distribuição em foco.

Percepção da diminuição da pobreza, nos últimos cinco anos (questão 14)

No que se refere à indagação quanto à diminuição da pobreza, nos últimos cinco anos, de 2008 a 2013, em Porto Alegre, a ideia de que a pobreza diminuiu pouco foi a de maior percentual, para os RFs beneficiários, 36,1% e a de que aumentou muito, para os RFs não beneficiários, 50,0%. Em São Luís, o maior percentual, entre os RFs beneficiários, foi também o dos que acreditavam que a pobreza diminuiu pouco, juntamente com os que acharam que aumentou muito, 28,6%, percepções a bem dizer antagônicas e entre os RFs não beneficiários, daqueles que entenderam que diminuiu pouco, 40,0%.

Seguiu-se, em Porto Alegre, para os RFs beneficiários, o entendimento de que a pobreza aumentou muito, 27,8%, seguida do percentual dos que acharam que ficou igual, 19,4%. E para os RFs não beneficiários, de que diminuiu pouco, 30,8%, seguida da que aumentou pouco, 19,2%. Em São Luís, para os RFs beneficiários, o segundo percentual mais significativo foi o de que diminuiu muito, 16,7%, seguido de que aumentou pouco, 14,3% e para os RFs não beneficiários, de que ficou igual, 30,0%, tendo sido o mesmo percentual de 10%, os que acreditam que a pobreza aumentou muito, aumentou pouco e diminuiu muito.

Não obstante a distribuição das posições entre compreensões mais ou menos conflitantes: aumentou muito/diminuiu pouco, pode-se dizer que para os grupos entrevistados, a pobreza foi percebida como um problema ainda a resolver, pois apenas 11,1% dos RFs beneficiários e nenhuma situação entre os RFs não beneficiários, em Porto Alegre e 16,7%, dentre os RFs beneficiários e 10,0% dos RFs não beneficiários, em São Luís, consideraram que diminuiu muito. Ou seja, o maior percentual obtido nas duas capitais foi inferior a 20%. Em suma, os respondentes julgaram que a questão de sua insuficiência de renda se manteve no período recente.

As duas primeiras questões aqui apresentadas já indicam que a percepção mais expressiva entre os respondente é a de que a democracia brasileira se desenrola, por assim dizer, num meio em que a distribuição da riqueza é injusta e no qual a pobreza, no período recente, não é

reduzida de modo importante. Portanto, concomitantemente, a distribuição inadequada da riqueza é compreendida como problema e sua derivação imediata, a pobreza, como não tendo tido resolutividade, de seu ponto de vista, nos anos recentes.

Percepção das causas da pobreza (questão 15)

Perguntados sobre as causas da pobreza, em Porto Alegre, 77,8% do primeiro grupo e 61,5%, do segundo e em São Luís, 76,2% e 70,0%, respectivamente, responderam tratar-se de falta de oportunidades. Entendimento que associado com a resposta dada às questões 55 e 56, como se verá a seguir, parece apontar para uma responsabilização importante do poder público. Destacando que as questões que aludem ao Estado tiveram o termo substituído por governo, quando feitas às pessoas, de modo a facilitar-lhes a compreensão de enunciado.

Compreender que a pobreza depende, majoritariamente, do meio em que subsistem os pobres, isto é, da oferta de oportunidades de deixar de ser pobre, pavimenta a responsabilização dos decisores públicos quanto ao tema. Observamos, em termos das primeiras respostas ao questionário, aqui apresentadas, relativa nitidez na percepção da distribuição de riqueza, persistência da pobreza e, aspecto crucial para a reflexão sobre a democracia brasileira do ponto de vista de segmentos pobre e muito pobres, pretendida no presente artigo, que todas as insuficiências até aqui tematizadas respeitam, essencialmente, não aos indivíduos envolvidos mas ao meio em que subsistem. Substrato que tem relação com elites decisórias, circunstância afirmada nas duas questões que se seguem.

A responsabilidade do Estado/governo, implícita no que tange ao entendimento dos respondentes de que a pobreza existe porque não há oportunidades suficientes de sair dela, é afirmada quando se trata da responsabilidade do Estado pelo bem-estar dos cidadãos. Note-se que o enunciado da questão vincula, diretamente, órbita política e bem-estar. Logo, permite aproximar mais diretamente, a análise dos resultados da aplicação do questionário e a percepção do regime democrático vigente. Considere-se que o bem-estar associa-se imediata e inversamente aos aspectos pobreza e desigualdade.

Responsabilidade do Estado pelo bem-estar das pessoas (questão 55)

Quanto a se o Estado brasileiro mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas, para Porto Alegre, 77,8% dos RFs beneficiários e 80,8% dos RFs não beneficiários concordaram muito. Para São Luís, 73,2% dos RFs beneficiários e 80,0% dos RFs não beneficiários concordaram muito.

Portanto, para os quatro grupos pesquisados, a compreensão afirmada mais fortemente e com percentuais amplamente superiores, é a de que o Estado é o garantidor fundamental do bem-estar das pessoas, o que significa a compreensão, pelos respondentes, de que se trata de uma responsabilidade, fundamentalmente, política. Tal entendimento é crucial para que possam ser associados, regime democrático e maior bem-estar. Isto é, em sendo da esfera decisória pública, a responsabilidade pelo bem-estar, qual o melhor formato para aquela esfera, quando o tema é o do bem-estar.

Percepção da responsabilidade do Estado quanto à desigualdade (questão 56)

Transitando-se da indagação mais genérica no que concerne ao bem-estar das pessoas para a indagação de ordem mais concreta, relativa à desigualdade de renda, no que se refere a se o Estado brasileiro deve fazer políticas firmes para reduzir a desigualdade de renda entre ricos e pobres, em Porto Alegre, 91,7% dos RFs beneficiários e 84,6% dos RFs não beneficiários concordaram muito. Em São Luís, 80,5% dos RFs beneficiários e 80,0% dos RFs não beneficiários pensaram da mesma forma. Assim, os respondentes das duas capitais, beneficiários e não beneficiários, atribuíram ao poder público, preponderantemente, a responsabilidade pelo bem-estar da população e o perceberam como necessário promotor de iniciativas efetivas de redução da desigualdade de renda. Iniciativas cuja ausência ou ineficiência, pode-se depreender, tenderia à manutenção ou mesmo, ao aumento da desigualdade.

Tempo de recebimento do Programa Bolsa Família (questão 70)

Entendemos relevante destacar que o tempo de recebimento do Programa Bolsa Família nos grupos pesquisados teve como percentual mais expressivo, em Porto Alegre e em São Luís, de um a cinco anos, 50,0% e 48,8%. Portanto, o contingente mais expressivo foi aquele que é beneficiário há um tempo médio, sugerindo que na maior parte dos casos, houve relativa renovação ao longo do tempo. Porém, a considerar-se a segunda posição, também houve uma margem de continuidade, a qual alcançou, em Porto Alegre, dez anos, 25,0% e em São Luís, entre cinco e menos de dez anos, 31,7%. A segunda e a terceira posição resultaram invertidas entre as duas capitais, seguindo-se, em Porto Alegre, como terceira posição, entre cinco e menos de dez anos, 19,4% e em São Luís, dez anos, 17,1%. Assim, na primeira capital, 44,4% e na segunda, 48,8% tinham um período de tempo de recebimento considerável, a partir de cinco, podendo alcançar os dez anos. Parcelas muito pequenas dos grupos entrevistados, 5,6% e 2,4% eram beneficiárias há menos de um ano.

Dessa forma, houve uma divisão dos respondentes em dois grandes grupos, um que recebia a transferência de renda há um período médio e outro que a recebia há um período grande, o que leva a crer que para ambos, o pertencimento ao programa já se teria tornado cotidiano e, portanto, passível de associação com o regime político democrático respectivo.

Pode-se supor que em havendo nexos entre o recebimento do benefício monetário e uma maior filiação a valores democráticos, mesmo o contingente com menor tempo de recebimento poderia manifestar maior apreço pelos valores democráticos. A relevância da renda para o bem-estar, por definição, poderia fortalecer as convicções democráticas dessas pessoas, caso existentes, já a partir de sua inclusão entre os beneficiários. A rigor, portanto, todos os beneficiários poderiam filiar-se à democracia, mais fortemente, pelo fato de participar do programa.

Caracterizados os respondentes beneficiários ao questionário como sendo, em sua maior parte, os que recebiam a transferência de renda há um período médio de tempo - de até cinco anos, supostamente suficiente para uma maior aproximação dos valores democráticos via percepção de necessidades atendidas, examinemos como o Programa Bolsa Família foi percebido, na aplicação do questionário. O programa foi escolhido para a pesquisa como elemento que poderia fazer diferença em uma possível filiação mais significativa de seus beneficiários à democracia, desde que compreendido como uma ação de responsividade do Estado/governo diante das aspirações, necessidades e expectativas de incidência sobre a questão da pobreza. Nesse sentido, um dos requisitos seria o de os beneficiários terem uma percepção bastante favorável do mesmo.

Percepção dos efeitos da participação no Programa Bolsa Família sobre a qualidade de vida da família (questão 71)

Dessa forma, quanto a se a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua família, em Porto Alegre, 47,2% entenderam que melhorou e também 47,2%, que melhorou muito. Tão somente 5,6% acharam que não fez diferença. Em São Luís, 61,0% acharam que melhorou e 34,1% que melhorou muito, sendo que 2,4% responderam que piorou. Portanto, para Porto Alegre e São Luís, o percentual de associação entre o recebimento do benefício e a melhoria da qualidade de vida de sua família foi de 94,4% e 95,1%, respectivamente. Vale dizer, o programa foi percebido como tendo melhorado, inequivocamente, a qualidade de vida da família do respondente.

Quanto a se a participação no Programa Bolsa Família melhorou ou piorou a qualidade de vida de sua comunidade (questão 72), em Porto Alegre, para 52,8% dos RFs beneficiários e 53,8% dos RFs não beneficiários, melhorou e para 38,9% e 30,8%, respectivamente, melhorou muito. Em São Luís, para 64,3% e 80,0%, melhorou e para 33,3% e 20,0% melhorou muito. Para Porto Alegre, 5,6% dos RFs beneficiários e 11,5% dos RFs não beneficiários entenderam que não fez diferença e para 2,8%, apenas entre os RFs beneficiários, piorou. Portanto, o programa foi compreendido por percentuais que variaram entre 85,0% e 100% como tendo melhorado a vida da comunidade do respondente, nos quatro grupos. O que significa que a escolha do Programa de renda Bolsa Família como possível âncora de percepção das probidades do regime democrático se mostrou adequada.

Ficou ratificada dessa forma, a ideia de que o Programa Bolsa Família foi percebido como significativo para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiárias e das comunidades dos respondentes, beneficiários ou não, o que dá sentido à hipótese de pesquisa, no que concerne à importância desse programa de transferência de renda, na percepção dos RFs beneficiários e de RFs não beneficiários, faltando que se verificasse se tal relevância implicou maior adesão à democracia de parte dos RFs beneficiários ou não. Assim, o próximo passo foi

buscar perceber se o fato dessa política específica ser estabelecida num contexto democrático tornou os grupos pesquisados mais afeiçoados à democracia.

Percepção do significado de democracia (questão 68)

De início, vejamos como os dois grupos compreendiam a própria democracia. O significado de democracia, com maior percentual para Porto Alegre e São Luís, tanto entre RFs beneficiários como entre RFs não beneficiários foi o mesmo, Igualdade e Justiça, com 30,6% e 30,8% na primeira capital e 19,0% e 40,0% na segunda. Na segunda posição, em Porto Alegre, teve-se Bom Governo, 16,7%, seguindo-se Liberdades Cívicas e Individuais, com 15,4%. E em São Luís, Bom Governo, 16,7%, seguidos por Liberdades Cívicas e Individuais, Direito a Voto, Governo de, por e para o Povo, Paz e Unidade, Bom Governo e Troca de Governo, cada um com 10%. A noção de Igualdade e Justiça, ou seja, a compreensão de que democracia significa uma sociedade menos desigual e mais justa articula-se com a percepção da pobreza como problema que permanece, verificada anteriormente, quando examinou-se perguntas pertinentes a esse aspecto.

A relevância da igualdade quando se pensa a democracia, manifestada pelos respondentes, nos quatro grupos pesquisados, põe em cena uma das dimensões da qualidade da democracia (Diamond e Morlino (Eds.), 2005) que elegemos para referenciar teoricamente essa pesquisa, que é a da igualdade política. A desigualdade material profunda tende a inviabilizar os demais aspectos da igualdade - entre eleitores, entre diferentes atores políticos, na hegemonia cultural, na participação, na decisão (Rueschemeyer, 2005). E, finalmente, impactará o estabelecimento das iniciativas públicas associadas. Portanto, a igualdade política, da perspectiva da qualidade da democracia tem um importante componente socioeconômico, de bem-estar e se erige sobre a igualdade material, ou ao menos, sobre uma desigualdade material que não seja abissal. O que significa que a pobreza tem de ser necessariamente reduzida em patamar expressivo para que se possa cogitar quanto à qualidade de um regime democrático determinado. No que se refere à relevância da democracia para uma maior igualdade, confirmando a vinculação entre ambos os termos, foram formuladas as questões que se seguem.

Percepção de que a democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor (questão 69)

A conexão entre democracia e mais igualdade - inclusive, materialmente, falando - e justiça foi ratificada pelas respostas quanto a se a democracia é indispensável para que os pobres vivam melhor: em Porto Alegre, 44,4% dos RFs beneficiários e 42,3% dos RFs não beneficiários e em São Luís, 35,7% dos RFs beneficiários, concordaram muito. Dos RFs não beneficiários, em São Luís, 50,0% concordaram. Como segundo percentual mais expressivo teve-se, em Porto Alegre, o daqueles que concordaram, 36,1% e 34,6% e em São Luís, também os que concordaram, no primeiro grupo, 33,3% e os que concordaram muito, no segundo grupo, 30,0%.

A posição de anuência, portanto, totalizou, em Porto Alegre, 80,5% e 76,9% das situações e em São Luís, 69,0% e 80,0%. Viver melhor, para aqueles que têm renda baixa ou muito baixa, não passa ao largo, dessa maneira, da democracia, percebida majoritariamente, para todos os grupos de respondentes, como indispensável para o maior bem-estar dos pobres.

Percepção de que se não houvesse democracia no Brasil, não existiria o Programa Bolsa Família (questão 73)

Reforçando a associação entre democracia e justiça e igualdade, bem como com uma vida melhor para os pobres, perguntados: se não houvesse democracia no Brasil, não existiria o Programa Bolsa Família, em Porto Alegre, 41,7% do primeiro grupo e 42,3% do segundo concordaram muito. E em São Luís, 50,0% e 40,0%, sendo que nesse último grupo, também 40,0% concordaram. A segunda posição foi a dos que concordaram: em Porto Alegre, 27,8% e 30,8%; para São Luís, 21,4% dos RFS beneficiários concordaram.

As respostas afirmativas totalizaram em Porto Alegre, 69,5% e 73,1% e em São Luís, 71,4% e 80,0%. Portanto, os respondentes compreendem, em sua maior parte, que sem democracia, o programa de transferência de renda em questão não existiria. Ou seja, de outro ângulo, a perspectiva é, preponderantemente, a mesma já indicada, de que a democracia significa uma ambiência mais favorável aos pobres.

Percepção de qual a característica mais importante da democracia (questão 52)

Ainda no que concerne ao entendimento do regime democrático, a característica mais importante da democracia foi apontada, em Porto Alegre, por 27,8% dos RFs beneficiários como sendo a liberdade de expressão para criticar abertamente e por 34,6% dos RFs não beneficiários como uma economia que assegura renda digna. Em São Luís, dentre os RFs beneficiários, 23,8% entenderam que são as eleições regulares, límpidas e transparentes e também 23,8%, um sistema judicial que trata todos igual. Entre os RFs não beneficiários, para 30% foi um sistema judicial que trata todos igual.

Seguiram-se, em Porto Alegre, para os RFs beneficiários, uma economia que assegura renda digna, 19,4% e para os RFs não beneficiários, a liberdade de expressão para criticar abertamente e um sistema judicial que trate todos igual, ambos com 19,2%. E em São Luís, dentre os RFs beneficiários, membros do Parlamento que respeitem seus eleitores, 16,7% e dentre os RFs não beneficiários, eleições regulares, límpidas e transparentes, 20,0%.

Há, portanto, certa convergência de entendimento quanto aos aspectos da democracia considerados mais relevantes, sendo que aspectos cuja relação com a pobreza e ações que a minimizem é menos evidente, foram destacados: caso da liberdade de expressão, em Porto Alegre e de eleições regulares, límpidas e transparentes, assim como de um sistema judicial que trata todos igual, ambas com o maior percentual, em São Luís. Apenas entre os RFs não beneficiários de Porto Alegre, a economia que assegura renda digna foi a de maior percentual,

ocupando a segunda posição para RFs beneficiários. O fato de a associação da democracia com achar-se economicamente assegurada uma renda digna não ter sido salientada em São Luís sinaliza que a transferência de renda não tem a centralidade para o reforço das convicções democráticas dos grupos pesquisados apresentada na hipótese.

Percepção de que a lei trata igualmente todas as pessoas (questão 22)

Outra das dimensões da qualidade da democracia selecionadas para a pesquisa foi o Estado de Direito (Vértice Procedimentos). Dentro desse, tem-se a igualdade jurídica. Conforme viu-se no trecho imediatamente anterior, uma das características mais importantes da democracia foi um sistema judicial que trate todos igual, com o maior percentual nos dois grupos de São Luís e com o segundo maior dentre os RFs não beneficiários de Porto Alegre. Entendimento ratificado quando das respostas relativas à igualdade jurídica. Quanto à lei tratar igualmente todas as pessoas, em Porto Alegre, 69,4% e 69,2% discordaram muito, enquanto que 19,4% e 26,9% discordaram. Agregados os percentuais, 88,8% e 96,1% tiveram posição de discordância. Em São Luís, 64,3% e 60,0% discordaram muito, seguindo-se 21,4% e 40,0% que concordaram. Portanto, os percentuais de discordância totalizaram 85,7% e 100,0%.

Dessa perspectiva, para os respondentes, o elemento compreendido por O'Donnell como um dos fundamentos da qualidade da democracia, o Estado de Direito, configura-se bastante insatisfatório na democracia brasileira. O que deixa evidente que não obstante os déficits de educação e informação dos segmentos de baixa e baixíssima renda, os mesmos acham-se suficientemente a par dos privilégios e regalias de toda ordem, característicos da sociedade brasileira e devidamente tornados dispositivos legais.

Percepção de que todos têm os mesmos direitos garantidos (questão 23)

Ainda dentro da dimensão Estado de Direito (Vértice Procedimentos) e da igualdade jurídica, relevante na qualidade da democracia, à pergunta se todos têm os mesmos direitos garantidos, em Porto Alegre, 41,7% e 50,0% discordaram muito. Como segundo percentual mais expressivo, 33,3% e 42,3% discordaram. Dessa forma, 75,0% e 92,3% posicionaram-se negativamente ante a ideia de que haja garantia equânime de direitos. Em São Luís, 45,2% e 30,0% discordaram muito e 28,6% e 40,0% discordaram, sendo os percentuais desfavoráveis agregados de 73,8% e 70,0%. Assim, também o aspecto garantia de direitos, dentro da dimensão Estado de Direito (Vértice Procedimentos), considerando-se a qualidade da democracia brasileira, é percebido como deixando bastante a desejar, pelos quatro grupos respondentes. Ou seja, por RFs beneficiários e por RFs não beneficiários das duas capitais. As diferenças em ter direitos garantidos ou não, dependendo de qual o cidadão considerado, apresentam-se como evidência, portanto, do ponto de vista dos pesquisados. Podendo-se supor que sua compreensão foi a de que o cidadão em questão não terá determinados direitos sendo pobre ou muito pobre.

Percepção da liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outras(questão 64)

Quanto à liberdade civil e política (Vértice Conteúdo da qualidade da democracia), perguntados se no Brasil, as pessoas têm liberdade de expressão, religião, reunião, associação dentre outras, em Porto Alegre, dentre os RFs beneficiários, 36,1% concordaram e também 36,1% concordaram muito. Para os RFs não beneficiários, 52,0% concordaram e 28,0% concordaram muito. Em São Luís, 59,5% do primeiro grupo concordaram e 33,3% concordaram muito e 40,0% do segundo grupo concordaram, assim como 40,00% concordaram muito. Os resultados agregados correspondem, em Porto Alegre, a 72,2% e a 80,0% e em São Luís, a 92,8% e a 80,0%. As liberdades democráticas, portanto, eram um fato no país para a maioria tanto dos RFs beneficiários como dos RFs não beneficiários.

Percepção da fiscalização de um poder – Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro (questão 63)

No que se refere à accountability horizontal (Vértice Procedimentos): no Brasil, há fiscalização de um poder - Legislativo, Executivo e Judiciário, pelo outro, em Porto Alegre, dentre os RFs beneficiários, 41,7% concordaram e 27,8% concordaram muito. Dentre os RFs não beneficiários, 42,3% concordaram e 30,8% discordaram. Em São Luís, para os RFs beneficiários, 45,2% concordaram e 28,6% discordaram, sendo que para os RFs não beneficiários, 40,0% concordaram, 20% concordaram muito e também 20% discordaram. Portanto, o percentual mais expressivo, em todos os grupos, foi o dos que concordaram mas com percentuais amplamente superiores, apenas quanto aos RFs beneficiários de Porto Alegre, com 69,5% e aos RFs não beneficiários de São Luís, com 60%. Pode-se dizer, não obstante, que a accountability horizontal foi percebida como característica presente na democracia brasileira, nos quatro grupos.

Percepção de que as pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam (questão 62)

Em termos da accountability vertical (Vértice Procedimentos), outra das dimensões utilizadas para mensurar a qualidade da democracia, perguntadas se as pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam, em Porto Alegre, para o primeiro grupo, 50% concordaram muito e 41,7% concordaram, para o segundo grupo, 38,5% concordaram e 30,8% concordaram muito. Em São Luís, no primeiro grupo, 38,1% concordaram e 26,2% concordaram muito. Já no segundo, 50% discordaram, 40% concordaram muito e 10% discordaram muito. Agregadamente, em Porto Alegre, 91,7% e 69,3% e em São Luís, 64,3% dos RFs beneficiários concordaram. Já dentre os RFs não beneficiários da segunda capital, as opiniões dividiram-se, com 50% dos RFs não beneficiários concordantes e também 50% resultando da soma dos que discordaram com os 10% que discordaram muito. Assim, para três dos quatro grupos pesquisados, verificou-se a compreensão de que as pessoas votam naqueles governantes que melhoram suas vidas, que fazem ações que as beneficiam.

Percepção de que as políticas públicas – aquilo que o governo faz – levam em consideração o que o cidadão precisa/espera do governo (questão 67)

Passemos à responsividade (Vértice Resultados), conforme Powell Jr. (2005) ou seja, certa correspondência entre o que desejam os cidadãos e o que é realizado pelos governantes. Perguntados se as políticas públicas – aquilo que o governo faz – levam em consideração o que o cidadão precisa/espera do governo, em Porto Alegre, dos RFs beneficiários, 30,6% concordaram e 27,8% discordaram. Para os RFs não beneficiários, 46,2% discordaram e 34,6% discordaram muito. Em São Luís, no primeiro grupo, 38,1% concordaram e 21,4% discordaram e no segundo grupo, 40% discordaram e 30% concordaram muito. Somando-se os percentuais do primeiro e do segundo maiores percentuais, em Porto Alegre resultou, dentre os RFs beneficiários, ligeira superioridade da posição de concordância, 52,8% contra 47,2% e no segundo grupo, uma ampla vantagem do entendimento de discordância, 80,8%. Em São Luís, no primeiro grupo, 57,1% concordaram e no segundo grupo, 50% concordaram e também 50% discordaram. Assim, a posição de concordância preponderou para o grupo de RFs não beneficiários, em Porto Alegre e de RFs beneficiários em São Luís. Já no caso dos RFs beneficiários, em Porto Alegre, houve superioridade dos que discordaram e em São Luís, equilíbrio. Conforme a aplicação do questionário, portanto, os respondentes dividem-se quanto a ser responsivo ou não o governo, no Brasil.

Percepção de que é importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições (questão 61)

No que se refere à competição (Vértice Procedimentos) - a alternância no poder como elemento da qualidade da democracia: é importante que diferentes grupos participem da política e possam vencer as eleições, em Porto Alegre, no primeiro grupo, 42,9% concordaram e 28,6% concordaram muito. E no segundo grupo, 65,4% concordaram e 26,9% concordaram muito. Em São Luís, dos RFs beneficiários, 38,1% concordaram e 21,4 discordaram e dos RFs não beneficiários, 40,0% discordaram e 30.0% concordaram muito. De modo agregado, em Porto Alegre, 71,5% e 92,3% e em São Luís, 57,1% dos RFs beneficiários concordaram e dentre os RFS não beneficiários, 50% concordaram e também 50% discordaram. Esse último grupo é o único dos quatro, em que houve equilíbrio entre concordantes e não com a importância da alternância dos eleitoralmente vitoriosos.

Percepção de que deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política (questão 59)

No que se refere à participação política: deveria haver uma maior participação das pessoas comuns na política, em Porto Alegre, no primeiro grupo, 47,2% concordaram muito e 36,1% concordaram; no segundo, 46,2% concordaram muito e 38,5% concordaram. Em São Luís, dos RFs beneficiários, 52,4% concordaram muito e 38,5% concordaram e dos RFS não beneficiários, 50,0% concordaram e também 50,0% concordaram muito. O entendimento favorável, dessa forma, perfaz totais para Porto Alegre, de 83,3% e de 84,7% e para São Luís, de 90,5% e de

100,0%, ficando clara a relevância. para os respondentes, da necessidade do aumento da participação política. Desse prisma, portanto, há uma participação insuficiente das pessoas comuns na política, o que significa dificuldades no que se refere à qualidade da democracia.

Percepção da responsabilidade pela política (questões 24, 25, 26, 27, 28, e 29)

Para mensurar-se a compreensão quanto à responsabilidade pela política, perguntou-se: em que medida o governo é responsável/faz a política, em Porto Alegre, 77,8% e 80,8% e em São Luís, 64,3 e 90,0 concordaram muito que seja. Quanto a se a população fê responsável/az a política, em Porto Alegre, 61,1% e 69,2% concordaram muito e em São Luís, no primeiro grupo, 71,4% concordaram muito e no segundo grupo, 50,0% discordaram muito e 30,0% concordaram muito. Dos quatro grupos, portanto, apenas dentre os RFs não beneficiários de São Luís, o percentual mais expressivo é o dos que discordaram muito. No que se refere a se o presidente da República é responsável/faz a política, em Porto Alegre, 77,8% e 88,5% e em São Luís, 81,0% e 60% concordam muito. Com relação a se os vereadores, deputados e senadores são responsáveis/fazem a política, em Porto Alegre, 72,2% e 88,5% e em São Luís, 70,7% dos RFS beneficiários concordaram muito. Já dentre os RFs não beneficiários da segunda capital, 50% concordaram muito, 20% discordaram muito e igualmente 20% concordaram. O entendimento de concordância, portanto, é de 70%. No que tange a se as associações de bairro são responsáveis/fazem a política, em Porto Alegre, 52,8% e 53,8% concordaram muito e 19,4% e 26,9% discordaram muito. Em São Luís, 66,7% e 40,00% concordaram muito e nesse segundo grupo, o dos RFs não beneficiários, 30,0% discordaram muito e também 30% discordaram. Assim, tão somente nesse quarto grupo preponderou a opinião discordante, somando 70%. Perguntados em que medida os sindicatos são responsáveis/fazem a política, em Porto Alegre, 66,7% e 53,8 concordaram muito. Nesse segundo grupo, 30,8% discordaram muito. Em São Luís, dentre os RFs beneficiários, 52,4% concordaram muito, 21,4% discordaram muito e 16,7% concordaram e dentre os RFs não beneficiários, 50% concordaram muito, 20% discordaram muito e também 20% discordaram. Assim, o percentual de assentimento em São Luís somou, para o primeiro grupo, 69,1%.

Essa série de questões pertinentes ao entendimento acerca de quem é responsável/faz a política mostrou que os respondentes, em sua maioria, compreendem que os entes citados têm relação com a política. Ou seja, a busca de uma associação entre o universo da política, especialmente no caso, através das figuras do governo e da população e o programa de transferência de renda escolhido para a pesquisa não são totalmente desprovidos de sentido para os grupos aos quais o questionário foi aplicado.

Confiança nas instituições (questões 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49)

Procurando apreender a confiança dos respondentes nas instituições, outro aspecto que destacamos na tese, o qual segundo Moisés (In Moisés (Org), 2010) significaria filiação à democracia, fez-se uma série de perguntas. Perguntados até que ponto têm confiança na justiça, em Porto Alegre, 58,3% e 46,2% discordaram muito. Seguiram-se 22,2% e 19,2% que

concordaram muito. Em São Luís, 45,2% e 40,0% concordaram muito. Na segunda posição, 40,5% e 30,0% discordaram muito. Portanto, na segunda capital, diferentemente do que em Porto Alegre, os respondentes mostraram confiança na justiça, mas a distância percentual entre os que concordaram e o que não concordaram, dentre os RFs beneficiários, não foi muito expressiva.

Quanto a até que ponto têm confiança na justiça eleitoral, em Porto Alegre, 47,2% e 53,8% discordaram muito, seguindo-se 27,8% e 19,2% que concordaram muito. Em São Luís, 50% em ambos os grupos discordaram muito. O segundo maior percentual dentre os RFs beneficiários foi o dos que concordaram muito, 16,7%, sendo que o total do entendimento de discordância dentre os RFs não beneficiários somou 60%. Dessa forma, nos quatro grupos de respondentes, preponderou a discordância, ainda que com percentuais não fortemente superiores.

Com relação a ter confiança nas Forças Armadas, em Porto Alegre, 50,0% e 61,5% concordaram muito seguindo-se entre os RFs beneficiários, 30,6% que discordaram muito. Em São Luís, 41,5% e 40,0% concordaram muito, seguindo-se 17,1% que concordaram e 30,0% que discordaram muito. Portanto, a posição de concordância preponderou para os quatro grupos, que declararam confiança nas Forças Armadas.

Quanto a ter confiança no Congresso Nacional, em Porto Alegre, 55,6% e 57,7% discordaram muito, seguindo-se 19,4% e 19,2% que concordaram muito. Em São Luís, 40,5% e 30,0% discordaram muito, também 30% dos RFs não beneficiários concordaram muito, seguindo-se 21,4% que concordaram muito e 20,0% que discordaram um pouco. Assim, os quatro grupos entrevistados são discordantes quanto a ter confiança no Congresso Nacional,

No que se refere a ter confiança na Polícia Militar, em Porto Alegre, 47,2% discordaram muito e 34,6% concordaram muito, seguindo-se 27,8% que concordaram muito e 26,9% que discordaram muito. Em São Luís, 28,6% discordaram muito e 30% concordaram um pouco, seguindo-se 26,2 que concordaram muito e dentre os RFs não beneficiários, 20% que discordaram muito e também 20% que discordaram. Em Porto Alegre, o somatório das posições de discordância para os RFs beneficiários é de 63,8% e para os RFs não beneficiários, o de concordância é de 65,3%. Em São Luís, agregadamente, 50% discordaram contra 42,8%, no primeiro grupo e 50,0% discordaram contra 30,0%, no segundo. Dessa forma, apenas num dos quatro grupos prepondera a confiança na Polícia Militar.

Perguntados quanto à confiança na Igreja Católica, em Porto Alegre, 61,1% e 53,8%, concordaram muito, seguidos de 16,7% e 19,2% que discordaram muito, Em São Luís, 50% e dentre os RFs não beneficiários, 40% também concordaram muito, juntamente com 40% que discordaram muito. Na segunda posição, 19% discordaram muito e 20% concordaram um pouco.

No que tange a ter confiança na Igreja Evangélica, em Porto Alegre, 55,6% e 38,5% concordaram muito e na segunda posição, 19,4% e 23,1% discordaram muito. Em São Luís,

52,4% e 80,0% concordaram muito. Agregando-se os percentuais, em Porto Alegre, teve-se 58,4 e 46,2% e em São Luís, 61,9% e 100,0%.

Quanto a ter confiança nos partidos políticos, em Porto Alegre, 58,3% e 57,7% e em São Luís, 54,8% e 50,0% discordaram muito. Dentre os RFs não beneficiários de São Luís, como segunda posição, 30% concordaram pouco. Ou seja, nos quatro grupos, os percentuais mais significativos foram negativos.

Com relação à confiança no Presidente da República, em Porto Alegre, 44,0% concordaram muito e dentre os RFs não beneficiários, 26,9% discordaram muito e também 26,9% concordaram muito, seguindo-se, no primeiro grupo, 33,3% que discordaram muito e no segundo, 19,2% que concordaram um pouco. Em São Luís, 47,6% e 40,0% concordaram muito, sendo que agregadamente, os percentuais de afirmação de confiança somaram 69,0% e 80,00%.

Quanto à confiança no governo municipal, em Porto Alegre, 36,1% concordaram muito e 33,3% discordaram muito e em São Luís, 42,9% e 40,0% discordaram muito. Somando-se os percentuais, em Porto Alegre, 42,9% e 40,0% foram positivos e em São Luís, 52,5% e 60,0%.

No que se refere à confiança nas eleições no país, em Porto Alegre, 36,1% concordaram muito e 33,3% discordaram muito e em São Luís, 52,4% discordaram muito e entre os RFs não beneficiários, 30% igualmente discordaram muito e 30% discordaram um pouco.

No que tange à confiança nos meios de comunicação, em Porto Alegre, 66,7% e 61,5% e em São Luís, 58,5% e 70,0% concordaram muito.

Quanto à confiança no Supremo Tribunal Federal, em Porto Alegre, 41,7% discordaram muito e 36,1% concordaram muito e em São Luís, 30,8% concordaram muito e 23,1% discordaram muito.

No que se refere aos tribunais de justiça no Brasil garantirem um julgamento justo, em Porto Alegre, 61% e 76,9% discordam muito e em São Luís, 45,0% discordaram muito e 42,9% discordaram um pouco.

O tema confiança nas instituições, portanto, foi percebido positivamente apenas quanto às Forças Armadas, à Igreja Católica, à Igreja Evangélica, ao Presidente da República e aos meios da comunicação. As instituições notadamente políticas: justiça eleitoral, Congresso Nacional, partidos, Governo municipal, eleições não se apresentaram como depositárias de confiança. Entendemos especialmente importante para a presente pesquisa, a confiança manifestada no Presidente da República, uma vez que a Presidente no cargo quando da realização das entrevistas pertence a mesma coligação de forças que instalou na Presidência, seu antecessor, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Essas forças políticas têm sido amplamente associadas ao Programa Bolsa Família, de modo que a confiança em questão pode ter relação com a dimensão responsividade da qualidade da democracia.

Percepção quanto a sentir orgulho de viver no sistema político brasileiro (questão 34)

Também podendo ser pensado dentro da responsabilidade, no que se refere a sentir orgulho de viver no sistema político brasileiro, em Porto Alegre, 44,0% e 50,0% e em São Luís, 54,8% e 50,00% discordaram muito. Agregadamente, os percentuais de discordância foram em Porto Alegre, de 63,8% e 73,0% e em São Luís, de 69,1% e de 70,00%. O não orgulho de viver no sistema político brasileiro aponta para a ausência da identidade política conforme Reis (1998), ou seja, de uma nucleação comum aos vários e diversos setores da sociedade.

Percepção do apoio ao sistema político brasileiro (questão 35)

Com relação ao apoio ao sistema político brasileiro, em Porto Alegre, 33,3% e 42,3% discordaram muito e em São Luís, 33,3% também discordaram muito e 40,0% concordaram muito. Os percentuais somados resultaram, em Porto Alegre, em 58,3% e em 53,8% e em São Luís, em 47,5% de discordância e entre os RFs não beneficiários da segunda capital, em 50% de concordância e também em 50% de discordância.

O predomínio das posições de discordância em três dos grupos e a divisão entre concordância e discordância no quarto grupo são coerentes com a ausência da ideia de identidade política anteriormente manifestada. O apoio ao sistema político brasileiro requereria dentre outros aspectos, que em alguma medida a percepção de identidade se fizesse presente. Não seria crível que os respondentes apoiassem um sistema do qual não se sentem partícipes. Estado de coisas que não concorre para a filiação à democracia.

Percepção quanto ao funcionamento da democracia brasileira (questão 53)

Perguntados quanto ao funcionamento da democracia brasileira, em Porto Alegre, 55,6% e 46,2% estavam satisfeitos e em São Luís, 54,8% estavam insatisfeitos e entre os RFs não beneficiários, 30% estavam muito insatisfeitos e também 30% insatisfeitos. Agregadamente, em Porto Alegre, os percentuais de satisfação alcançaram 69,5% e 73,1% e em São Luís, os percentuais de insatisfação chegaram a 69,1% e 60,0%.

Percepção quanto ao Brasil ser um país democrático (questão 54)

Como essa tese orientou-se a tentar identificar uma maior filiação à democracia de parte dos RFs beneficiários do Programa Bolsa Família, uma das premissas foi a de que o país é democrático. No que se refere a se acham o Brasil um país democrático, em Porto Alegre, 53,8% responderam que é pouco democrático e 38,9% que é muito democrático. Em São Luís, 47,6% e 60,0% acharam que era pouco democrático. Como segundo maior percentual, em Porto Alegre, 36,1% acharam que era pouco democrático e 23,1% que era muito. Em São Luís, na segunda posição, 23,8% e 30,0% acharam que é muito democrático.

Portanto, dos quatro grupos de respondentes, em três preponderou a percepção de que o país é pouco democrático, sendo que no único grupo destoante, o dos RFs não beneficiários de Porto Alegre, a segunda posição, muito próxima percentualmente da primeira, também é a de que o Brasil era pouco democrático. Dessa forma, a suposição de que se poderia pensar no

fortalecimento de convicções democráticas tomando em consideração o Programa Bolsa Família parece ser negada pelo entendimento dos respondentes beneficiários de que a democracia achasse instalada entre nós de modo ainda insuficiente.

Percepção de que se como cidadãos comuns, os respondentes não tinham como influenciar as decisões políticas (questão 58)

Perguntados se como cidadãos comuns, os respondentes não tinham como influenciar as decisões políticas, em Porto Alegre, 36,1% concordaram muito e 34,6% concordaram e em São Luís, 38,1% e 50,0% discordaram muito. Em Porto Alegre, o segundo percentual mais expressivo foi o dos que concordaram, 30,6% e o dos que discordaram, 26,9%. Da soma dos percentuais de concordância resultaram, em Porto Alegre, 66,7% e 57,7% e em São Luís, 54,8%, no primeiro grupo. Já no grupo de RFs não beneficiários, a soma dos percentuais de discordância, resultou em 60,0%.

Percepção de que entende bem os assuntos políticos mais importantes do país (questão 30)

Quanto a se os respondentes entendem bem os assuntos políticos mais importantes do país, em Porto Alegre, 47,2% e 40,0% e em São Luís, 47,5% e 37,5% discordaram muito. Os percentuais de discordância acumulados foram em Porto Alegre, 63,9% e 56,0% e dentre os RFs beneficiários de São Luís, de 57,5%. Entre os RF não beneficiários de São Luís, 50,0% discordaram muito.

Percepção do interesse por política (questão 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86 e 87)

Perguntados se tinham interesse por política, em Porto Alegre, 55,6% e 53,8% disseram se interessar pouco, seguindo-se 27,85 e 38,5% que declararam não se interessar. Em São Luís, 47,6% e 50,0% se interessavam pouco, seguindo-se 31,0% e 30,0% que não se interessavam.

O baixo interesse pela política, ou seja, pelo campo em que se processam as decisões que respeitam ao gradiente de bem-estar, especialmente, das camadas inferiores da pirâmide de ganhos, caso dos beneficiários do Programa Bolsa Família e daqueles inscritos no CadÚnico - pretendentes, majoritariamente, àquele, combina-se também, na maior parte dos casos, ao inexistente ou inexpressivo pertencimento e participação em organizações diversas, em princípio aptas a exercer pressão de forma estruturada sobre os decisores públicos.

Pertencimento e participação (questões 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86 87)

Assim, em Porto Alegre, apenas a igreja registra pertencimento e participação mais significativos: 45% e 37%. A organização/associação de moradores ou comunitária apresenta apenas 11% de respostas entre os RFs beneficiários e 3% entre os RFs não beneficiários. Quanto a sindicato e partido, também tão somente 3% para cada uma dessas organizações foram verificados e apenas no segundo grupo. Para organização/associação artística, cultural, musical ou educacional; de defesa do meio ambiente; profissional; humanitária, filantrópica ou de caridade;

de defesa das mulheres. de defesa dos homossexuais e outras, não houve qualquer registro. Em São Luís, também apenas a igreja registra pertencimento e participação mais significativos: 54,5% e 20%.

3. Considerações Finais

Tanto na análise descritiva como nos testes de significância - testes de Mann-Whitney e Qui-quadrado, com nível de significância de 5% ($p < 0,05$) e análises realizadas no programa SPSS, versão 20, que embora constem da tese da qual foi extraído o artigo, terminaram por não constar do mesmo, devido ao número máximo de páginas admitido, ficou evidenciado que a percepção de democracia de Responsáveis Familiares de famílias beneficiárias não se diferencia daquela dos Responsáveis Familiares de famílias não beneficiárias, exceto em aspectos pontuais.

Os resultados da pesquisa foram que para Responsáveis Familiares beneficiários e Responsáveis Familiares não beneficiários e em ambas as capitais, o perfil dos respondentes foi, aproximadamente, o mesmo; não houve variação importante da percepção de pobreza e variou pouco a percepção de democracia. Aspectos centrais da democracia - participação de diferentes grupos na política e que possam vencer as eleições; accountability horizontal e vertical; liberdade de expressão, religião, reunião, associação, dentre outras - foram compreendidos como existentes na democracia brasileira. Entretanto, tal constatação não foi suficiente para configurar a adesão à democracia. Isso por déficits democráticos que fizeram com que a percepção preponderante, excetuado o grupo de RFs não beneficiários de Porto Alegre, tenha sido a de que o Brasil é um país pouco democrático. Também quanto ao funcionamento da democracia brasileira, enquanto que em Porto Alegre, os dois grupos mostram-se satisfeitos, em São Luís, ambos os grupos declararam-se insatisfeitos.

A percepção majoritária entre os respondentes de que não há igualdade diante da lei nem no acesso a direitos, assim como a de que o Estado brasileiro mais do que os indivíduos, deve ser o responsável principal pela garantia do bem-estar das pessoas são aspectos que permitem compreender-se o não apoio ao sistema político brasileiro e a confiança nas instituições restrita às Forças Armadas, à Igreja Católica, à Igreja Evangélica, ao Presidente da República e aos meios da comunicação.

Embora o entendimento de que a democracia era indispensável para que os pobres vivessem melhor e de que se não houvesse democracia no Brasil, não existiria o Programa Bolsa Família, a democracia brasileira, na percepção dos grupos respondentes parece ter mais incompletudes do que positivities, o que supõe-se, pode impactar negativamente sua filiação à democracia, fazendo com que a mesma se dê com ressalvas e não de modo pleno.

BIBLIOGRAFIA

BAQUERO, M. org. *Cultura(s) política(s) e Democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2011.

- DAHL, R. *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, EDUSP, 1997.
- DE SOUZA MEDEIROS. M. Adesão à Democracia em Beneficiários e não Beneficiários do Programa Bolsa Família: grupos de Porto Alegre(RS) e São Luís(Ma) – 258 f.Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2015
- DIAMOND, L. and MORLINO, L. (Eds.) *Assessing the quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2005.
- INGLEHART, R.. *Culture shift in advanced industrial society*. Princeton:Princeton University Press. 1990.
- .LIJPARTH, A.. *Modelos de Democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- MARIA, J. F. A.. Desenho Institucional e Accountability: pressupostos normativos da teoria minimalista. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], v. 18, n. 35, Abr. 2013. ISSN 0067-964X. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/rsp/article/view/29824>>. Acesso em: 05 Jan. 2014.
- MENEGUELLO, R. e MOISÉS, J. Á. (orgs). *A Desconfiança Política e os seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo, EDUSP, 2013.
- MOISÉS, J. A.. Democratização e cultura política de massas no Brasil. *Lua Nova*, nº 26. 1992.
- _____ (org). *Democracia e Confiança: Por que os cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: EDUSP , 2010.
- O'DONNELL, G.. *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- POWELL, Jr. The Chain of Responsiveness. In: DIAMOND, L. and MORLINO, L.(Eds.). *Assessing the quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2005.
- PRZEWORSKI, A.. *Democracia e Mercado*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará 1994.
- PUTNAM, R.. 1993. *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. New Jersey: Princeton University Press.
- REIS, F. W. 2003. Democracia, igualdade e identidade. In: PERISSINOTTO, R. M. & FUKS, M. (orgs.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- RUESCHEMEYER, D. "Addressing Inequality. In: DIAMOND, L. and MORLINO, L. (Eds). *Assessing the quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2005.
- SCHMITTER, P. C. "The Ambiguous Virtues of Accountability". In: DIAMOND, L. and MORLINO, L. *Assessing the quality of Democracy*. Baltimore, The Johns Hopkins University Press, 2005.
- SILVA e SILVA, M.O. *A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda*. São Paulo: Cortez, 2004